

É com muita satisfação que apresentamos o primeiro número da **Revista M.**, almejando que ela venha ocupar um significativo lugar no plano dos estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, tendo como desafio trilhar os caminhos do campo por meio da interdisciplinaridade.

Neste número inaugural, a **Revista M.** apresenta o dossiê temático "Morte, poder e política", organizado por Douglas Attila Marcelino. Conta com artigos do historiador peruano Francisco Hernández Astete, dos historiadores brasileiros Luciana Pessanha Fagundes, do próprio Douglas Marcelino e dos cientistas sociais Felipe Guimarães Lamim e Naara Luna. Na sua apresentação, Marcelino nos mostra de que forma morte, poder e política se entrelaçam, constituindo-se como chaves de leitura para a compreensão, por um lado, dos funerais e do culto prestado a governantes e membros da elite política na América hispânica do século XVI e nas repúblicas do Brasil e da Argentina ao longo dos séculos XIX e XX e, por outro, do recente debate político-parlamentar brasileiro sobre o tema do aborto, intensamente discutido nas duas últimas décadas, na Câmara dos Deputados.

Entre os Artigos livres, este primeiro número traz o trabalho gentilmente cedido pela arquiteta Karla Rothstein, da Universidade de Columbia/EUA. Como autora convidada, Rothstein nos apresenta a temática, ainda inédita no Brasil, do desenvolvimento de inovadores projetos de design voltados para a criação de alternativas ecológicas e sustentáveis para dar destino aos corpos dos mortos, que ultrapassem as tradicionais práticas de sepultamento e cremação. Nos novos cemitérios urbanos projetados com este sentido e a partir de novas tecnologias para decomposição cadavérica surgem, evidentemente, novos rituais fúnebres e formas, até então impensáveis, de luto e culto aos mortos.

Após a análise desta revolucionária forma de cuidado com os mortos em nossa contemporaneidade, o segundo artigo, escrito por Mauro Dillmann, trilha a linha entre a **modernidade**



e a tradição dos ritos fúnebres, analisando o caso do Cemitério São Miguel e Almas, de Porto Alegre, no Sul do Brasil. Criada em 1909 por uma tradicional irmandade católica, a necrópole foi instituída como um cemitério privado e confessional no contexto laico e secularizado das primeiras décadas republicanas. Abordando um período ainda pouco frequentado pelos historiadores, o autor demonstra como a irmandade religiosa conseguiu administrar uma necrópole combinando as novidades das primeiras décadas do século XX com os tradicionais ritos fúnebres católicos.

Os dois artigos seguintes evidenciam candentes questões em contexto de doença terminal, em nossa atualidade, combinando análises no âmbito da saúde coletiva, mais especificamente da Antropologia da doença, e do Direito.

No primeiro caso, a argentina Natalia Luxardo e a mexicana Cecilia Vindrola-Padrós investigam, na chave da interculturalidade, como trabalhadores da saúde que atuam na área de cuidados paliativos, nos “hospices” da atual Argentina, se apropriam dos discursos sobre as diferenças culturais das populações que atendem, interpretando o que os pacientes em situação terminal – e suas famílias – necessitam no fim da vida. Segundo as autoras, quando os pacientes pertencem a minorias étnicas, os discursos presentes na ação médica são atravessados por estereótipos e preconceitos sobre as identidades culturais dos doentes terminais pertencentes a populações que já sofrem alta carga de estigma social, reproduzindo práticas paternalistas e condescendentes que chegam a negar ou ignorar – quando não, a reconstruir – as cosmovisões das minorias culturais na relação médico-paciente.

O texto do advogado Diogo Luna fecha a seção **Artigos**, abordando de que forma os conceitos de pessoalidade, dignidade e autonomia podem ser manejados no campo do Direito para a compreensão da liberdade de escolha por morrer. A partir destes pressupostos, Luna propõe discutir a autonomia para morrer no Direito brasileiro, frente às práticas de eutanásia e ortotanásia, tomando como base a complexidade das questões presentes na legislação constitucional e penal, assim como nas resoluções do poder judiciário e do Conselho Federal de Medicina, que servem como balizadoras frente a práticas de suspensão de procedimentos e tratamentos para o prolongamento da vida do doente terminal.

A seção **Em Campo** é inaugurada com o relato de Marcelina das Graças Almeida das visitas guiadas ao Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, em Minas Gerais. Realizadas por ela e sua equipe, desde 2012, no âmbito do premiado e bem-sucedido projeto “Cemitério do Bonfim: arte, história e educação patrimonial”, as atividades de campo no interior da necrópole visam estimular o debate em torno das questões que associam o cemitério à educação patrimonial, à história da cidade e de seus habitantes e à pesquisa acadêmica.

Por fim, a seção **Resenhas** abre com a instigante análise de Renata de Moraes Machado sobre o livro *“A morte midiaticizada: como as redes sociais atualizam a experiência do fim da vida”*, de Renata Rezende Ribeiro, publicado no Brasil, em 2015. Machado destaca como o livro, situado na área da Comunicação, relaciona morte e mídia, ao analisar o “cemitério virtual” existente nas redes sociais, com a criação de comunidades virtuais destinadas a reunir perfis de usuários que morreram na vida real, resinificando a morte no mundo cada vez mais digitalizado da atualidade.



A resenha de Renata Lopes Cabral enfoca o livro "Cortezas", de Georges Didi-Huberman, publicado originalmente em Paris, em 2011, e traduzido para o português em 2014, traz as reflexões do filósofo e historiador da arte sobre a sua experiência durante a sua viagem pelos campos de concentração nos dias atuais e a experiência das atrocidades ali cometidas que geraram milhares de mortes dos prisioneiros nas décadas de 1930 e 1940.

Claudia Rodrigues

Editora-chefe

